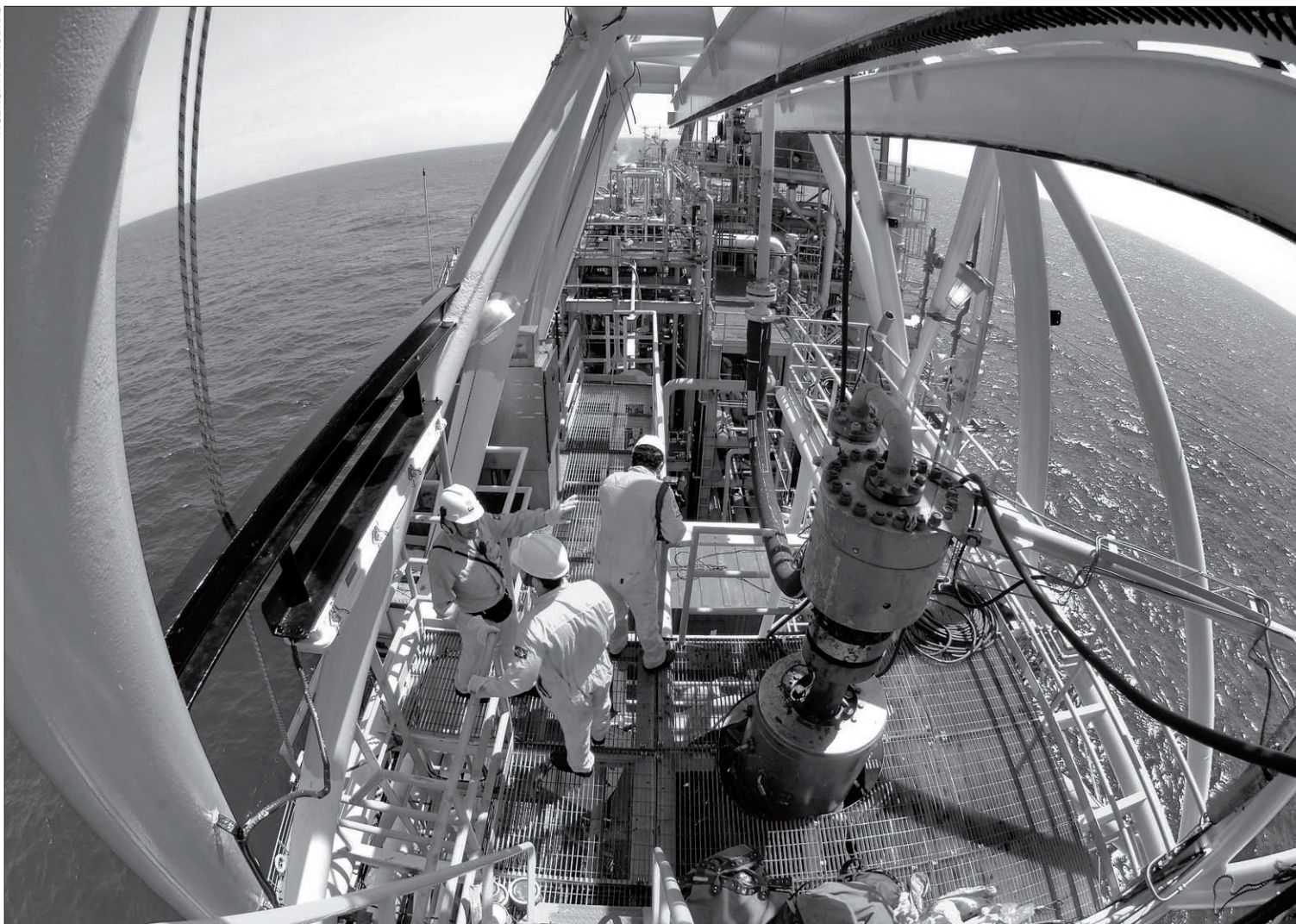




AGÊNCIA PETROBRAS



Plataforma P-34 da Petrobras, na bacia de Campos: camada pré-sal se estende ao longo de 800 quilômetros entre Espírito Santo e Santa Catarina

Em 30 de agosto de 2004, circulava a primeira edição semanal do **Jornal do Senado**, que inovou ao aprofundar os temas em discussão na Casa. Esta edição, de número 200, sela o projeto, que pretende ajudar o cidadão a compreender as decisões e debates ocorridos no Senado.

cidadania

Como identificar transtorno mental em crianças

Pesquisa feita pela Associação Brasileira de Psiquiatria revela que 12,6% das mães relatam ter filho com algum sintoma de transtorno mental. O *Especial Cidadania* desta semana mostra quais são as doenças mais frequentes e seus sintomas.

página 16

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

Página 11

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15

Senado debate os desafios do pré-sal

Fórum reunirá especialistas, quarta e quinta-feira, para examinar formas de exploração das reservas que podem transformar o Brasil em um dos maiores produtores de petróleo do mundo

páginas 8 e 9

salários

Reajustes aprovados beneficiam 471 mil servidores federais

página 6

vigília

Cresce movimento pela recomposição de aposentadorias

página 3

orçamento

Comissão prepara lista de obras impedidas de receber verbas da União

página 7

entrevista

Brasil deve agir logo contra prática desleal de comércio, diz Dornelles

Recessão nas economias mais desenvolvidas deve agravar concorrência desleal a partir

de 2009, adverte senador, que comemora aprovação do Conselho de Defesa Comercial.

página 5



debates

Sarney comemora os 100 anos de aniversário de Claude Lévi-Strauss

Legado do autor de *Tristes Trópicos* é lembrado pelo senador José Sarney, que ressalta importância do trabalho do antropólogo francês Lévi-Strauss para uma compreensão mais profunda da cultura brasileira

Os cem anos do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, completados na última sexta-feira, foram comemorados pelo senador José Sarney (PMDB-AP), em discurso da tribuna. Para Sarney, que pediu voto de congratulações pela passagem do centenário, trata-se de uma data da maior importância para a cultura mundial, pois Lévi-Strauss, como assinalou, é um grande nome da cultura francesa,

da história da cultura brasileira e do humanismo universal.

– Claude Lévi-Strauss, sem sombra de dúvida, teve nas Ciências Humanas o impacto de Marx, Freud, Darwin, equivalente nas Ciências Exatas a Einstein e Newton. Para ele, o Collège de France criou a cadeira de Antropologia Social. Em qualquer lugar do mundo, é reverenciado – afirmou o senador e ex-presidente da República.

Sarney lembrou ainda que Lévi-Strauss “descobriu o Brasil” no final de 1935, quando se tornou professor de Sociologia na Universidade de São Paulo. Escreveu o livro *Tristes Trópicos* a partir de suas viagens pelo Brasil, e, em 2005, numa entrevista ao *Le Monde*, disse que o Brasil representava a experiência mais importante de sua vida.

– Não foi o Brasil que lhe abriu as portas para sua descoberta,

mas foi no Brasil que ela se deu. E *Tristes Trópicos* está cheio de observações sobre o Brasil, da mais aguda compreensão do Brasil. Tornou-se um livro necessário para se entender o Brasil – frisou Sarney, para quem o país ficou associado ao “trabalho científico excepcional do grande mestre” na área da Antropologia Estrutural.

Sarney ressaltou ainda que tem orgulho por ser considerado um amigo pelo estudioso francês.

Ada Mello afirma que acordo com Vaticano não fere laicismo

O acordo assinado entre o governo brasileiro e o Vaticano no último dia 13 de novembro foi defendido pela senadora Ada Mello (PTB-AL) na sexta-feira passada. O acordo trata especialmente de educação religiosa no Brasil.

Ela disse que o documento não fere o princípio constitucional da laicidade do Estado, pois teria caráter administrativo e “formaliza aspectos já vigentes no dia-a-dia

do país”. Ada Mello declarou que seu pronunciamento é necessário porque “algumas notas na imprensa aludiram a uma possível inconstitucionalidade da iniciativa, por se tratar de um acordo entre um Estado laico e uma instituição religiosa”. O acordo, frisou Ada, “não concede privilégios à Igreja Católica nem faz nenhuma discriminação com relação às outras confissões religiosas”.



Ada Mello lembrou que o acordo assinado pelo presidente Lula e pelo papa Bento XVI formaliza práticas já vigentes no país e respeita demais religiões

CANDIDATO DO PMDB

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu na sexta-feira passada o lançamento de um nome do PMDB como candidato à Presidência do Senado. Ao lembrar a luta do partido na defesa da democracia, Mão Santa declarou ser imprescindível que um senador do PMDB, que tem maior número de cadeiras no Senado, esteja na disputa eleitoral para a Presidência da Casa, no início de fevereiro.

CENTENÁRIO DE ETELVINO LINS

O centenário de nascimento do ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Etelvino Lins de Albuquerque foi registrado pelo senador Marco Maciel (DEM-PE). Para ele, Etelvino Lins foi homem “de firme caráter”. – O centenário dá-nos oportunidade de relembrar um político com grande capacidade de decisão, preocupado com a estabilidade das instituições democráticas – resumiu.

ASSENTAMENTO FANTASMA

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou na última sexta-feira que vai pedir esclarecimentos ao Inbra sobre os assentamentos Porto Luiz I e II, em Acrelândia (AC), que, segundo denúncias, apesar de constarem nos registros do órgão, não existem. Se for constatada a irregularidade, o senador prometeu que pedirá providências ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

comissões

Terça-feira

10h – EDUCAÇÃO

Desempenho olímpico – Audiência pública debate o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim e as políticas públicas para o esporte olímpico, com a presença do ministro do Esporte, Orlando Silva, e do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, do técnico da Seleção Brasileira de Vôlei, Bernardinho, entre outros.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

IPI – A comissão vota o projeto que isenta produtos escolares do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. Discute ainda o projeto que inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos, e o que isenta do Imposto de Renda parte dos rendimentos do trabalho per-

cebidos por pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal por deficiente mental sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Madeira legal – Na pauta, o projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte. A comissão discute ainda o projeto que dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas, e o que torna obrigatório a comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos.

14h – REGIMENTO INTERNO

Mudança – Discussão de propostas para revisão do Regimento Interno do Senado Federal.

Quarta-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS e CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Propaganda de bebidas – Audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde sobre a regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas. Entre os convidados, o presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto C. Leifert; o coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da USP, Ronaldo Laranjeira; a advogada Ana Paula Dutra Massera, da Anvisa; e o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindiserv), Milton Seligman. Após a audiência, a CCT analisa 12 projetos de decreto legislativo de concessão para emissoras de rádio.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Marinha – Audiência pública com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a reativação das atividades da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos.

10h – CONSTITUIÇÃO e JUSTIÇA

Concursos – Na pauta, projeto que determina a atualização da realização

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão deliberativa

14h – Sessão não-deliberativa

Quinta-feira

Terça-feira

Homenagem – Em sessão especial, os senadores comemoram os 75 anos da criação do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

Sessão solene – Abertura da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com lançamento do carimbo comemorativo e dos selos personalizados dos Correios.

14h – Sessão deliberativa

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

Quarta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

das provas de concursos públicos para cargos federais. Também será discutido o projeto que obriga as instituições realizadoras de concursos públicos federais a fornecer aos candidatos cópia autêntica do respectivo cartão-resposta.

Quinta-feira

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Indicações – A comissão analisa

as indicações de Ruy de Lima Casaes e Silva para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA); Paulo Cesar de Oliveira Campos para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Espanha e, cumulativamente, em Andorra; e de Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, para embaixador no Cazaquistão, Turcomenistão e Quirquiz.

Parlasul: continua o impasse sobre representatividade

Segue o impasse sobre o tamanho da representação de cada país no Parlamento do Mercosul. A definição de um critério poderá ser subordinada a um caráter supranacional para o tribunal de solução de controvérsias do bloco. Esta é a condição apresentada pelo Paraguai para aderir às negociações que estabelecerão quantos parlamentares serão eleitos por cada país.

– Não há inconveniente em discutir a proporcionalidade, mas devemos incorporar ao debate a proposta de criação de uma Corte de Justiça do Mercosul, cujas decisões sejam obrigatórias – disse à Agência Senado, em Montevidéu, o presidente da Representação do Paraguai, González Núñez.

Para Núñez, seria suficiente um acordo a ser firmado entre os presidentes dos países do bloco, para que esse tribunal seja instalado dentro de alguns anos. O tribunal já existente não conta com poder decisório sobre todo o território do Mercosul e assim não pode solucionar controvérsias entre os países membros.

A rápida definição do critério de representatividade foi pedida pelo deputado Germano Bonow (DEM-RS). Só depois da definição desse critério poderão ser eleitos os novos parlamentares do Brasil. Atualmente, cada país tem 18 representantes no Parlasul.

vigília

FOTOS: JONAS PEREIRA



Rosalba, Mão Santa, Paim e Mesquita Júnior durante vigília na sessão que foi acompanhada por representantes de aposentados



Cresce mobilização pelos aposentados

Paulo Paim diz que presidente incentiva acordo com sindicalistas; mesmo assim promete nova vigília e mais mobilizações

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a pedir na última sexta-feira a aprovação de seus projetos em favor dos aposentados e pensionistas e disse que fará nova vigília em Plenário nesta terça-feira. Paim também afirmou que o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria estimulado os dirigentes sindicais a procurar integrantes do governo em busca de solução alternativa que contemple os beneficiários do INSS.

O senador e 37 representantes de entidades sindicais e de aposentados definiram na última ter-

ça-feira um calendário básico de mobilização nacional em favor de três projetos de lei que beneficiam os aposentados, já aprovados pelo Senado, e que tramitam na Câmara. O PLS 296/03 revoga o fator previdenciário; O PLC 42/07, do Executivo, assegura aos aposentados o mesmo índice de reajuste dado ao salário mínimo; e o PLS 58/03 obriga o INSS a pagar a mesma quantidade de salários mínimos que aposentados e pensionistas recebiam no momento da concessão dos benefícios.

Uma das ações de mobilização será o envio imediato de uma car-

ta assinada por Paim solicitando apoio ao movimento de mobilização nacional com a realização de abaixo-assinados, moções e vigílias. A carta é endereçada a assembleias legislativas, câmaras de vereadores, centrais sindicais, sindicatos, confederações e associações de trabalhadores, aposentados e pensionistas. Quem se interessar, diz Paim, poderá obter informações pelo e-mail: paulopaim@senador.gov.br.

“É importante que a população se engaje nessa jornada em defesa dos aposentados e pensionistas”, afirma o senador.

Paim e Mário Couto anunciaram protestos ainda no início do ano

Desde o início do ano, os senadores começaram a se mobilizar para a realização da vigília em favor dos aposentados, concretizada em novembro.

Em 14 de março, Paulo Paim, frustrado com o envio de mais seis medidas provisórias ao Senado depois de uma sessão que atravessara a madrugada para limpar a pauta da Casa, anunciou:

– No governo Collor, fiz uma

greve de fome na Câmara até que viesse um reajuste para o salário mínimo. Poderíamos fazer uma vigília cívica aqui no Senado da República em defesa dos homens e das mulheres com mais de 60 anos.

Duas semanas mais tarde, foi Mário Couto (PSDB-PA) quem ameaçou entrar em greve de fome, deixar de tomar banho e fazer vigília até que o projeto que reajusta as aposentadorias e pensões do INSS fosse colocado em votação.

Vigília se firma como nova forma de pressão política

A vigília em favor dos aposentados protagonizada, entre outros, pelo senador Paulo Paim, vem se firmando como nova forma de pressão política para temas com grande respaldo popular.

Paim já se notabilizou no passado por utilizar métodos incomuns para chamar atenção para suas propostas e bandeiras.

Em 1991, o então presidente Fernando Collor vetou a proposta de reajuste de salário mínimo aprovada pelo Congresso. Depois de mais de 30 horas sem comer, o então depu-

tado Paulo Paim encerrou, com lágrimas, a greve de fome quando o Executivo anunciou que o debate seria reaberto.

Em novembro de 2001, em uma atitude que lhe valeu um processo por quebra de decoro, Paim rasgou a página da Constituição que previa garantias trabalhistas, em

sessão que discutia a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Este ano, o Plenário do Senado testemunhou uma vigília que produziu resultados imediatos. Diante da promessa do secretário do Tesouro, Arno Augustin, de que o pedido de empréstimo de R\$ 1,1 bilhão do governo do Rio Grande do Sul junto ao Banco Mundial chegaria ao Senado no início da tarde de 24 de junho, Pedro Simon (PMDB-RS) fez com que a sessão daquela sexta-feira durasse quase sete horas. Normalmente, as sessões de sexta-feira são as mais curtas da semana

Gandhi e *satyagraha*

Greve de fome e vigília foram usadas pelo líder Mahatma Gandhi. Ações não-violentas de protesto (*satyagraha*, em sânscrito) são lembradas hoje como sinônimo de pacifismo.

Correntes já foram usadas para chamar atenção da opinião pública

Em outra iniciativa para chamar a atenção da mídia e da opinião pública, o então suplente de deputado federal Chicão Brígido (PMDB-AC) se acorrentou a uma cadeira do Plenário da Câmara em dezembro de 2005. Ele protestava pelo fato de o deputado Ronivon Santiago, cassado pela Justiça Eleitoral em 2002, mas beneficiado por liminares e

pela concessão de prazos para defesa, não ter sido afastado do cargo.

Em 2006, o aposentado William Carvalho se acorrentou em uma pilastra próxima ao Plenário do Senado, por considerar absurdo o reajuste de 90,7% para os salários dos parlamentares em comparação aos reajustes dados às aposentadorias e ao salário mínimo.

agora é lei

Aumenta a pena para crime de pedofilia

A partir de iniciativa da CPI da Pedofilia, ainda em andamento, já está em vigor a Lei 11.829/08, que torna crime a posse de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes e aumenta as penas relativas à prática da pedofilia. A lei altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e prevê penas mais duras a quem vender ou comprar material de pedofilia na internet.

A lei pune com prisão entre quatro e oito anos quem “produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente”. A pena é a mesma para quem vender ou expuser esse material. A lei prevê aumento da pena em um terço se o réu estiver no exercício de cargo ou função pública, tiver vínculo

doméstico ou parentesco até o terceiro grau com a vítima.

Pornografia infantil fica definida como “qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas ou insinuadas, ou exibição dos órgãos genitais para fins primordialmente sexuais”. Provedores de internet que asseguram os meios para pedofilia também estarão passíveis de punição.

Patrícia Saboya e Magno Malta vão a congresso contra abusos

Os resultados alcançados pela CPI da Exploração Sexual foram apresentados na semana passada pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) no 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Rio de Janeiro. Ela presidiu a CPI entre 2003 e 2004.

No mesmo encontro, o senador Magno Malta (PR-

ES), que preside a CPI da Pedofilia, apresentou os avanços obtidos por essa comissão. Ele falou sobre o Termo de Ajustamento de Conduta entre o Google, o Ministério Público Federal, a CPI da Pedofilia e a Safernet, e elogiou a sanção, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de lei que aprimora o combate à pedofilia (*veja ao lado*).

economia

Conselho deve moderar comércio internacional

Comissão de Assuntos Econômicos aprova criação de novo órgão para coibir a concorrência desleal nas transações do Brasil com outros países

A criação do Conselho de Defesa Comercial foi aprovada na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Iniciativa de Francisco Dornelles (PP-RJ) relatada por Aloizio Mercadante (PT-SP), o projeto de lei (PLS 715/07) tem o objetivo de proteger a indústria brasileira de eventual prática de *dumping* (concorrência desleal, com redução abusiva de preços para afastar do mercado

concorrentes menores) por parte de países mais desenvolvidos.

Para os senadores, o *dumping* tem o potencial de levar a economia brasileira ao caos, especialmente em face de uma crise financeira internacional como a que ocorre atualmente. Pela proposta, o Conselho de Defesa Comercial será vinculado ao Ministério do Desenvolvimento e ficará responsável por investigar e combater práticas desleais de

comércio exterior.

O texto aprovado na CAE, na forma de substitutivo elaborado por Mercadante, determina que todas as decisões adotadas pelo conselho poderão ser revistas pelo presidente da República. A matéria segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

Dornelles (veja entrevista na pág. 5) disse que a proposta visa aperfeiçoar o sistema de defesa comercial do país. O motivo, segundo ele, é que a Câmara de Comércio Exterior (Camex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, atua "com lentidão" nessa defesa, porque sofre influências de representantes de outros dois ministérios (o das Relações Exteriores e o da Fazenda).

- Tais influências forçam a entrada no país de produtos subsidiados, devido ao interesse do Ministério da Fazenda no controle de preços, ou a que medidas de defesa comercial deixem de ser adotadas porque o Ministério das Relações Exteriores teme suas repercussões diplomáticas - justificou o senador.



Henrique Meirelles (E), com Delcídio Amaral, durante reunião da Comissão de Orçamento destinada a avaliar o cumprimento de metas do Banco Central

Presidente do BC traça cenário econômico otimista

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, traçou um cenário otimista para a evolução da economia brasileira no período de prevalência da crise financeira internacional.

Ao apresentar aos parlamentares uma avaliação do cumprimento de metas pelo Banco Central, uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, Meirelles apontou a redução da dívida líquida do setor público em relação ao produto interno bruto (PIB) como um dos principais indicadores do vigor da economia brasileira - passou de 56% do PIB em 2002 para 36,6% em outubro passado.

- Em novembro, a estimativa é de que atinja 35,7% do PIB. É

o menor número desde julho de 98. Isso significa algo da maior importância porque no passado de crise, era uma fonte de vulnerabilidade - disse.

Meirelles citou dados, conservadores em sua opinião, do Fundo Monetário Internacional (FMI), que prevêem para o Brasil um crescimento da ordem de 3% em 2009, superior ao calculado para vários países industrializados, como Estados Unidos, Reino Unido e Japão.

Outros indicadores positivos mencionados pelo presidente do BC foram a persistência do crescimento das vendas no varejo e da produção industrial, a queda no desemprego e o crescimento da massa salarial verificados nos últimos anos.



Produtor de laranja no interior de São Paulo: projeto aprovado na CAE visa proteger a indústria nacional de práticas abusivas, como o *dumping*

Comissão aprova indicação de novo diretor para a CVM

O advogado Otávio Yazbek, que teve sua indicação aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), defende para o Brasil a adoção de um sistema que combine a auto-regulação dos mercados com regras definidas pelo Estado. Para ele, auto-regulação não significa liberalização total dos mercados.

Atual diretor de auto-regulação e membro do Conselho de Administração da Bovespa

Supervisão de Mercado (BVM), Yazbek defendeu a centralização dos registros das operações nos mercados financeiros e a responsabilização dos agentes de mercado por atos de gestão imprudentes.

A mensagem presidencial referente à indicação de Otávio Yazbek (MSF 216/08) recebeu na CAE 19 votos favoráveis e um contrário. Agora, a matéria será submetida ao Plenário. Yazbek foi designado para ocupar, a partir de janeiro, a vaga de Sérgio Eduardo Vieira.

Deputado da União Européia pede acordo com Mercosul

A rápida assinatura de acordo de associação comercial entre o Mercosul e a União Européia seria um "fator de avanço e progresso" nas relações entre os dois blocos, disse na semana passada o deputado português Sérgio Souza Pinto, chefe da delegação do Parlamento Europeu que visitou a Comissão de Relações Exteriores (CRE). A delegação européia era composta por 11 parlamentares de Portugal, França, Alemanha, Espanha, Polônia e Itália.

- A União Européia espera do Brasil os passos que se impõem para a assinatura do acordo de associação - afirmou.

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), defendeu a realização de um permanente trabalho de diplomacia parlamentar, que permitiria um diálogo mais informal entre países e blocos comerciais. Heráclito anunciou ainda a intenção de visitar o Parlamento Europeu juntamente com o presidente do Senado, Garibaldi Alves.

Embaixador diz que atitude do Equador não é de amizade

O embaixador do Brasil no Equador, Antonino Marques Porto e Santos, disse considerar correta a decisão do governo brasileiro de convocá-lo para consultas sobre a recente atitude do governo equatoriano de questionar a dívida para construção, naquele país, da usina hidrelétrica San Francisco. Ele participou na semana passada de audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A construção da usina foi feita pela empreiteira brasileira Odebrecht e contou com financiamento de US\$ 243 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A CRE pretende ouvir também a empresa nos próximos dias.

- Foi uma resposta firme do governo brasileiro. Procuramos adequar a resposta à dimensão do problema. Foi uma solução adequada para transmitir nosso desconforto. Chamar o embaixador para consultas mostra que a atitude do Equador não é o caminho para países amigos - afirmou Santos.

Secretário do Tesouro defende criação do Fundo Soberano

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, defendeu na quinta-feira passada a criação do Fundo Soberano, argumentando que esse instrumento é importante para a implementação de políticas anticíclicas - ou seja, de combate à redução da atividade econômica. Ele fez a declaração após audiência na Comissão Mista de Orçamento.

Segundo Augustin, o Fundo Soberano permitiria ao país dispor de um instrumento de "sintonia fina" a ser utilizado em qualquer momento, mas especialmente nos momentos de crise econômica - referindo-se, nesse caso, à atual crise financeira internacional.

- O fundo oferece ao governo

a agilidade necessária para tomar decisões no sentido de um maior ou menor estímulo fiscal - argumentou.

Augustin lembrou ainda que já foi aprovado na Câmara o projeto de lei que cria o Fundo Soberano (que tramitou naquela Casa como PL 3.674/08). A proposta, do Executivo, ainda será analisada no Senado.

- Esperamos que a matéria seja aprovada no Senado. Trabalhamos com esse cenário - afirmou o secretário.

Entre os senadores que apoiam a proposta está Renato Casagrande (PSB-ES), da base aliada do governo. Entre os que são contra, está Arthur Virgílio (PSDB-AM), um dos líderes da oposição.

NOVA SUDECO

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990. A pedido de Serys Slhessarenko (PT-MT), a CAE aprovou também regime de urgência para a matéria (PLC 119/06), que seguiu para Plenário. A nova Sudeco deverá centralizar sua atuação no desenvolvimento sustentável da região.

ATUAÇÃO INTEGRADA

A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou projeto que incorpora o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais à estrutura da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O projeto (PLS 378/08) tem por objetivo promover uma atuação integrada e evitar a sobreposição da oferta de recursos por agentes financeiros federais como o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia.

entrevista

Francisco Dornelles

“Recessão deve acirrar comércio internacional”

Com a recessão nas economias mais desenvolvidas do planeta, as práticas desleais de comércio devem se intensificar a partir de 2009. Diante desse diagnóstico, o líder do PP, senador Francisco Dornelles (RJ), três vezes ministro desde 1985, uma delas à frente do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, comemorou a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos da sua proposta para agilizar o sistema de defesa comercial do país, com a criação de um conselho capaz de decidir com pragmatismo as contendas que prejudicam empresas brasileiras (*leia mais na página 4*). Agora, quer apressar sua conclusão no Senado. Conhecido por sua vasta experiência na área tributária e fiscal – foi secretário da Receita Federal na gestão Figueiredo e ministro da Fazenda na de Sarney –, Dornelles diz, na entrevista a seguir, que a reforma tributária é de longo prazo e não ajuda a enfrentar a crise internacional.

Jornal do Senado – Diante do agravamento da crise financeira internacional, o Brasil precisa aperfeiçoar o seu sistema de defesa comercial?

Francisco Dornelles – Foi com esse objetivo que apresentei o projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele cria o Conselho de Defesa Comercial com sete integrantes, dos quais três do setor privado – um da indústria, um do comércio e outro da agricultura – e quatro representantes do Ministério do Desenvolvimento. O objetivo é agilizar a defesa comercial brasileira, principalmente no caso de colocação de medidas provisórias para proteger setores prejudicados por práticas desleais de comércio. Hoje, o processo é demorado.

Por que demora tanto?

O problema não é a Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão que aplica as medidas de defesa comercial no Brasil. Ela está bem administrada. O problema é a parte política que não deveria entrar. Os técnicos verificam, examinam e chegam à conclusão que existe o *dumping*. Essa decisão vai para o conselho de ministros, onde há representantes do Itamaraty, da Agricultura, da Fazenda. O da Agricultura reconhece a existência do *dumping*, mas argumenta que o setor precisa importar insumo mais barato. O Itamaraty sustenta que a exportação é da Venezuela e que medida compensatória pode prejudicar as nossas relações com aquele país. A questão do *dumping* fica em segundo plano. A análise passa a ter uma conotação política. O que proponho é um conselho para verificar se há ou não *dumping*, e, se for o caso, aplicar a medida compensatória.

Esse modelo é semelhante ao norte-americano?

Lá, o International Trade Commission tem mais autonomia e é mais forte do

que esse conselho. Mas o que foi proposto no projeto é um meio-termo, um caminho para chegar lá. Vou conversar com (o senador) Marco Maciel para que a Comissão de Justiça aprove isso com urgência. Como lá é terminativo, ele iria direto para a Câmara. No próximo ano, em decorrência da recessão em países como o Japão e os Estados Unidos, a tendência deles é tentar colocar seus excedentes comerciais em países como o Brasil. E eles vão usar todas as práticas que puderem.

Como relator da primeira medida provisória anticrise, que deve ser votada pelo Senado nesta semana, o senhor vai manter o texto da MP 442 aprovado na Câmara?

Vou. Está bom o texto. Pela sondagem que fiz junto aos partidos e aos líderes, todos têm intenção de aprovar a MP 442, sem fazer condicionamentos. O objetivo da MP é dar liquidez ao mercado, facilitar acesso das pequenas instituições a desconto junto ao Banco Central. Ela amplia os poderes do BC para ajudar os bancos em dificuldades.

Existe alguma chance de a reforma tributária aprovada na comissão especial da Câmara chegar ao Senado ainda este ano?

Na política brasileira, a única coisa impossível é prever o que é possível. Realmente, não consigo avaliar. Não sei se o governo vai acionar o rolo compressor. Não sei se os governadores vão ter coragem de se posicionar publicamente contra a proposição. Ouvi avaliações, com base em estudos sobre as condicionantes colocadas no projeto, que ele demoraria 32 anos para ser totalmente implementado.

Então, como sustentar que a reforma tributária possa funcionar como uma sinalização importante para o enfrentamento da crise?

Não se pode ligar reforma tributária



GERALDO MAGELA

com crise, que exige medidas rápidas para dar confiança e liquidez ao sistema. Não se pode achar que reforma tributária, que vai entrar em vigor Deus sabe quando, pode ter algum impacto sobre a crise atual.

Como o senhor avalia o texto da Câmara?

Sem entrar no mérito, porque eu não vi o texto aprovado na comissão, acho que qualquer reforma tributária tem que atirar principalmente na burocracia, na redução do custo de arrecadação. Para várias empresas brasileiras, esse custo onera mais do que o próprio imposto. Estudo do Banco Mundial mostrou que o Brasil é o país onde as empresas mais gastam tempo pagando impostos e contribuições, com 2,6 mil horas por ano. Isso em país desenvolvido fica em 300 a 400 horas.

Essa é a carga tributária invisível, à qual o senhor costuma se referir?

Carga tributária é o que você paga de imposto mais o que se gasta para pagar o imposto. Essa carga é invisível. Quando se apresenta a arrecadação como um percentual do PIB, só se considera o montante em reais que as empresas entregaram ao Tesouro. Para entregar esse dinheiro, elas tiveram despesa que não entra contabilmente como carga tributária, mas que é carga tributária.

As pessoas físicas também arcam com essa carga invisível?

Sim. Se as pessoas soubessem que, quando acendem a luz pagam cerca de 46% e quando usam o telefone arcam com 40% da conta em impostos, a reação seria muito grande. Essa carga invisível vem embutida no preço. É aquele imposto que você paga sem saber que está pagando. Se há um aumento da alíquota do Imposto de Renda de 27% para 28%, todo mundo sabe e grita. Agora, quando são indi-

retos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Programa de Integração Social (PIS), as pessoas não reclamam porque não identificam o aumento.

É por isso que o senhor costuma dizer que a falta de transparência é a mãe da regressividade?

Os impostos indiretos são regressivos. Em termos proporcionais, eles fazem com que pessoas de menor renda paguem mais imposto do que as de renda mais elevada. Um estudo da Universidade de São Paulo evidenciou essa distorção: famílias que recebem até dois salários mínimos arcam com um total de tributos equivalente a 48% da sua renda, enquanto aquelas que ganham mais do que 30 salários mínimos consomem 26% da sua renda. Os mais ricos conseguem poupar e, conseqüentemente, sofrem relativamente menos com os impostos sobre o consumo. Só é possível corrigir isso com pressão política, com os que pagam mais defendendo modificações que façam com que essa distorção seja corrigida.

Em que medida a proposta de mudança constitucional que o senhor apresentou em março na Subcomissão da Reforma Tributária contribui para reduzir a regressividade?

A proposta traça as linhas gerais federativas. A regressividade é um problema de lei ordinária. O que eu fiz foi um relatório preliminar. A criação do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) simplifica a estrutura tributária e reduz custos. Funde vários tributos federais, como IPI, PIS, Cofins e, principalmente, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual. Com o IVA nacional, pode se ter um quadro real do quanto cada um paga de imposto. Não quero falar sobre o meu projeto. Mas ele é muito melhor para os estados e para a União.

Além do imposto, há o que se gasta para pagar esse imposto

decisões

Senado aprova aumento salarial para servidores

As duas medidas provisórias tiveram alterações e voltam para análise da Câmara. Impacto anual das medidas será de R\$ 16,3 bilhões a partir de 2012

O Senado aprovou na quarta-feira, com modificações, a Medida Provisória (MP) 441/08, que reajusta salários e cria cargos em diversas carreiras do serviço público. A matéria, que teve como relatora a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), retorna à Câmara.

A proposta beneficia 191.190 servidores ativos, 115.774 aposentados e 72.739 pensionistas, com impacto financeiro de R\$ 5,7 bilhões em 2009, que cresce nos anos subsequentes até atingir R\$ 9,1 bilhões a partir de 2012.

No dia anterior, o Plenário havia aprovado duas emendas à Medida Provisória 440/08, que concedeu reajuste salarial a outras carreiras, consideradas típicas de Estado. Ao todo, foram apresentadas 14 emendas à proposta, que agora volta à análise da Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, foi cumprimentado por servidores públicos que acompanhavam a discussão da matéria, que teve como relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

A implementação da MP 440/08, aprovada dia 19, terá custo de R\$ 4,7 bilhões, em 2009; R\$ 6,6 bilhões, em 2010; e R\$ 7,2 bilhões, em 2011. A medida beneficia 91.308 servidores civis – 45.661 ativos, 30.062 aposentados e 15.585 pensionistas –, de oito car-



O líder do governo, Romero Jucá, intervém na discussão sobre aumento a servidores: Câmara pode rejeitar emendas aprovadas pelo Senado

reiras, entre elas as de auditor da Receita Federal, fiscal do trabalho e controle, orçamento e comércio exterior; especialista do Banco Central, entre outros.

Garibaldi defende reação do Legislativo diante das MPs

“Não se pode ter um Legislativo que não delibera, não tem agenda e fica à mercê do que o Executivo manda”, afirmou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao comentar a devolução, ao Executivo, da MP das Filantrópicas, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. Ele quer que, em breve, o Congresso defina um instrumento que normatize a devolução das MPs, pelas comissões ou pelo Plenário. – A devolução só foi um fato extraordinário porque as comissões mistas não funcionam. Mas o abuso do governo foi tão grande que não tive paciência – disse Garibaldi, que também criticou o Judiciário por legislar, por exemplo, sobre fidelidade partidária. – O Legislativo não pode ficar só apanhando, tem que se levantar – enfatizou.

MP das Filantrópicas deve ter solução negociada no Senado

Garibaldi encontrou-se com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para tratar da Medida Provisória 446/08, conhecida como MP das Filantrópicas. A MP foi devolvida por Garibaldi ao Executivo no dia 19. Garibaldi disse que Chinaglia não participou da devolução da MP e, por isso, quer discutir o ato. Para o presidente do Senado, o importante é que o Legislativo não sofra arranhões no episódio. É a segunda vez na história que a Casa devolve uma medida provisória. A primeira foi há quase 20 anos e não há jurisprudência sobre o tema. Garibaldi lembrou que o recurso do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), contra a decisão de devolver a MP está na CCJ. O presidente do Senado defende a substituição da MP por um projeto, já em tramitação na Câmara. – O importante agora é construir uma saída política – afirmou Jucá, que pode retirar seu recurso da Comissão de Justiça.

NOVO MINISTRO DO TCU

As indicações do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e do ex-senador José Jorge para o Tribunal de Contas da União (TCU) foram aprovadas na quinta-feira pela CAE. O Plenário do Senado decidirá entre os dois nomes e o indicado seguirá para apreciação da Câmara.

CRE HOMENAGEIA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na quinta-feira, a pedido do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), voto de aplauso a Antonio Augusto Cançado Trindade por sua eleição para juiz da Corte Internacional de Justiça, da ONU.

REMUNERAÇÃO DO CNMP

A remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) corresponderá ao subsídio do subprocurador-geral da República, conforme projeto (PLC 179/08) aprovado pela CCJ. Agora, o texto, que já passou pela Câmara, vai a Plenário.

Comissão aprova dedução de aluguel no Imposto de Renda

As despesas com aluguel de imóvel residencial poderão ser deduzidas da declaração anual de ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física. É o que prevê o projeto (PLS 317/08) do senador Exedito Júnior (PR-RO) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Uma emenda limitou a dedução a R\$ 15 mil anuais, restrita a apenas um imóvel residencial, ocupado pelo próprio contribuinte.

Para César Borges (PR-BA), a inexistência do teto poderia beneficiar contribuintes de renda mais alta, que tenham casas de

veraneio, por exemplo.

O projeto que teve o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) como relator, vai a exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Porem, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse ser temerário aprovar a matéria sem conhecer o impacto que terá sobre a arrecadação e, conseqüentemente, sobre transferências para estados e municípios. Segundo o relator, o impacto fiscal não “assusta”.

Projeto isenta do IR servidores com doenças graves

Servidores públicos com doenças graves poderão ficar isentos do Imposto de Renda. A decisão foi tomada pela CAS, que aprovou relatório de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto (PLS 477/07) de Epitácio Cafeteira (PTB-MA). O texto estende a civis e militares o benefício já em vigor para vítimas de radiação, doença mental, Aids, tuberculose, esclerose múltipla, Parkinson, paralisia, entre outras. A proposta vai para a CAE, em decisão terminativa.

CCJ amplia regionalização do Orçamento

Os critérios de regionalização das despesas da União e dos investimentos das estatais devem levar em conta, além do fator populacional, renda *per capita*, expectativa de vida, mortalidade infantil e grau de instrução. Proposta de emenda à Constituição (PEC 71/05) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi aprovada pela CCJ. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticaram a PEC, relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Projeto redistribui tempo na TV e reduz ação de partidos de aluguel

Partidos serão proibidos de divulgar, no rádio e na televisão, propaganda em benefício de filiais a outros partidos. A medida consta de projeto (PLS 576/07) do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e encaminhado à CCJ, para decisão terminativa.

Segundo Guerra, a proposta busca limitar a ação das chamadas “legendas de aluguel”, que no semestre anterior às eleições, divulgam um candidato pertencente a outro partido. O projeto, relatado por Eduardo

Azeredo (PSDB-MG), restitui a distribuição do tempo de propaganda política existente antes da alteração feita por resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2005, que reduziu de 20 para 10 minutos, por semestre, o tempo dos programas dos grandes partidos.

Assim, os partidos com mais de 10% dos votos e representantes em pelo menos sete estados terão direito a programa semestral de 20 minutos e a 40 minutos para inserções de 30 segundos ou de um minuto. Partidos pequenos terão direito a um total de 6 minutos por semestre.

ABASTECIMENTO

A CCT aprovou o projeto 51/08, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que institui a política nacional de abastecimento. O relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), disse que o governo critica a proposta, uma vez que o tema já seria regulamentado por outras leis. Para Crivella, a idéia é “preencher lacunas” para enfrentar problemas como aumento de inflação por conta dos preços de alimentos e enchentes, como a de Santa Catarina.

FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A CCJ aprovou emenda à proposta de emenda constitucional que vincula recursos do Orçamento para a segurança pública. A emenda, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), determina a criação de fundo com 5% das receitas dos impostos federais e 9% dos estaduais e municipais. A emenda volta ao Plenário. O texto original obrigava a aplicação, por cinco anos, de 15% da arrecadação da União, 7% dos estados, 5% do DF e 1% dos municípios.

orçamento

Paralisação só em último caso, avalia comitê

Todos os esforços devem ser feitos para que se evite a paralisação de uma obra pública. Esse é o espírito do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves, da Comissão Mista de Orçamento (CMO), criado para acompanhar as obras irregulares, no intuito de sanar os problemas para que os empreendimentos não fiquem impossibilitados de receber recursos orçamentários.

O maior argumento para isso é que obras paralisadas causam grandes prejuízos ao erário e para a população, que deixa de usufruir de uma melhoria na infra-estrutura do país. Para que situações assim não se repitam, o comitê realiza este ano a negociação entre o TCU e os órgãos responsáveis por obras com problemas.

– Muitas vezes, a irregularidade é apenas a falta de um documento – revela o coordenador do comitê, deputado Wellington Fagundes (PR-MT).

Segundo ele, a intervenção do comitê já fez com que oito obras a cargo do Ministério das Cidades tivessem os problemas resolvidos este ano. Mas ele alerta que o trabalho do comitê não pode ser confundido com a liberação indiscriminada de recursos para obras irregulares.

Também membro do comitê, o deputado José Guimarães (PT-CE) criticou a sistemática atual, em que a lista de obras com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU é adotada como parâmetro para a suspensão do repasse de recursos para empreendimentos públicos.

– Decidimos não cortar nada sem antes conhecermos os motivos – ressaltou.

O mecanismo atual foi criado para resguardar o Congresso Nacional de possíveis fraudes e, a cada ano, é incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

WIKIPÉDIA



Obra no aeroporto de Guarulhos, na cidade de São Paulo, é uma das apontadas pelo Tribunal de Contas da União com indícios de irregularidades

CMO anuncia obras impedidas de receber recursos públicos

Relação foi fechada na sexta-feira pelos ministros do TCU e começa a ser analisada pela comissão esta semana. Número de empreendimentos com irregularidades graves caiu de 66 para 59

A lista com as obras públicas com irregularidades graves e, por isso, impedidas de receber recursos do Orçamento de 2009 foi fechada na sexta-feira pelos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e começa a ser analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) esta semana.

Na primeira relação entregue ao Congresso no início de outubro havia 66 obras com problemas que justificariam a suspensão de investimentos públicos (paralisação ou retenção cautelar de recursos). Agora são 59 os que fazem parte da lista, mas o número ainda deve cair até a conclusão do Orçamento de 2009. A decisão final sobre a relação cabe à CMO.

Oito obras para as quais havia recomendação de paralisação deixaram a lista, e uma nova entrou na relação (veja quadro).

Dos 12 empreendimentos com sugestão de retenção cautelar de verbas, um deixa de integrar a lista, mas a construção da Ferrovia Norte-Sul em Goiás foi incluída.

O número de obras na lista pode diminuir, já que, de seis que passaram por auditorias do TCU, quatro têm recomendação técnica de liberação e serão avaliadas nesta semana.

Uma das que continua na listagem, caso houvesse sido finalizada, poderia ter ajudado a evitar tragédias na semana passada. A construção do canal extravasor do rio Itajaí-Mirim, em Santa Catarina, figura na lista de obras que não devem receber recursos públicos há pelo menos três anos. As irregularidades são muitas: superfaturamento, sobrepreço, alterações de projeto, irregularidades na execução do contrato e projeto deficiente.

Quem entra e quem sai da lista

Retiradas da lista de recomendação de paralisação

- Centro de lançamento de Alcântara (MA)
- Sistema de transmissão de energia em Mato Grosso
- Construção BR 163 Cuiabá-Santarém, no Pará
- BR 466, no Paraná, ligando Porto União (PR) a União da Vitória (SC)
- Duplicação da BR 101 no Rio Grande do Sul, divisa com Santa Catarina
- Terminal de passageiros, pátio e acesso do Aeroporto de Guarulhos (SP) – a adequação da pista de pouso continua em retenção cautelar
- Duplicação da BR 381 em Nova Era (MG)

- Ampliação do Aeroporto Santos Dumont (RJ) – foi para a lista de obras com retenção cautelar

Incluída na lista de recomendação de paralisação

- Perímetro de Irrigação em Tocantins (Propertins)

Retirada da lista de recomendação de retenção cautelar

- Ampliação do Porto de Itaquí, no Maranhão.

Incluídas na lista de recomendação de retenção cautelar

- Reforma e ampliação do Aeroporto Santos Dumont;
- Construção da Ferrovia Norte-Sul em Goiás (já havia a mesma recomendação para o trecho da obra no Tocantins).

Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU)

Presente à CMO na semana passada, o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes, disse que o número de obras com indícios de irregularidade vem caindo. Ele atribuiu o fato à melhoria da comunicação entre o TCU e os órgãos públicos responsáveis

pelos empreendimentos, especialmente depois do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Casa Civil montou uma estrutura para evitar que essas obras sejam alvo de questionamentos no TCU ou da Controladoria Geral da União.

Órgãos públicos pedem mudanças na fiscalização feita pelo TCU



Os presidentes da Infraero, Sérgio Gaudenzi (E), e da CMO, deputado Mendes Ribeiro, e o coordenador do comitê da comissão, deputado Wellington Fagundes

JONAS PEREIRA

Representantes de órgãos públicos responsáveis por obras com indícios de irregularidades pediram na Comissão de Orçamento mudanças na metodologia das fiscalizações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Para o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, a fim de se evitar paralisações da execução de obras importantes, os órgãos de controle

externo precisam utilizar métodos de auditoria mais flexíveis, sobretudo para obras iniciadas há mais de 10 anos, quando a legislação era diferente da atual.

Para evitar a suspensão das obras, ele sugeriu que a legislação incluísse o dispositivo da caução ou previsse a restrição do pagamento para obras nas quais fossem apontados indícios de irregularidades.

– Os reparos [aos contratos] necessários podem ser feitos concomitantemente, durante a fase

de execução final – disse Pagot, contando com a concordância do presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi.

O assessor especial do Ministério da Integração Nacional, Neusvaldo Ferreira, criticou o uso de tabelas de custos e metas como referências nas auditorias do TCU. Cada obra exige, em sua opinião, a flexibilização dos preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, conforme suas peculiaridades.

energia

Senado debate exploração de petróleo no pré-sal

Aspectos tecnológicos, macroeconômicos, financeiros e ambientais da atividade serão analisados nos dois dias de fórum internacional

O fórum Senado Debate Brasil, evento que ocorrerá na quarta e na quinta-feira, terá o seguinte tema: "Nova Fronteira do Petróleo: Os Desafios do Pré-Sal" e reunirá especialistas para discutir formas eficazes de exploração das reservas descobertas recentemente e que podem transformar o Brasil num dos maiores produtores de petróleo do mundo (*leia mais ao lado*). O evento será aberto pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, na sede do Programa Interlegis.

De acordo com os organizadores, o fórum será dedicado à perspectiva de transformação do petróleo em fonte de riqueza nacional. Serão analisados os múltiplos desafios dessa atividade, como o tecnológico, o financeiro, os macroeconômicos e os ambientais, além da distribuição de compensação financeira pela exploração do produto.

Os debatedores discutirão, por exemplo, o que o governo deve fazer com o dinheiro arrecadado a partir da exploração do pré-sal. Economizar para proteger

o país em momentos de crise econômica, investir em educação e reduzir o rombo e o déficit da Previdência estão entre as sugestões apresentadas.

A primeira palestra caberá a Roberto Rigobon, doutor em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology, dos Estados Unidos. A conferência seguinte será apresentada pela economista do Banco Mundial Nina Todorova Budina, especialista em política fiscal e monetária que estuda os desafios macroeconômicos enfrentados por países em desenvolvimento produtores de petróleo.

O fórum é promovido pela Secretaria Especial de Comunicação Social; Consultoria Legislativa; Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais; Programa Interlegis; e Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Também participam da organização o Ministério de Minas e Energia e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/comunica/forumdeba-tebrasil.

CAE quer esclarecimentos sobre operação entre Caixa e Petrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debaterá com os presidentes da Petrobras, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Central a situação financeira da Petrobras. A audiência, proposta pelos senadores tucanos Arthur Virgílio (AM) e Tasso Jereissati (CE), visa esclarecer o empréstimo de R\$ 2,02 bilhões contraído pela estatal junto à Caixa.

Jereissati classificou a operação de atípica, tendo em vista que a Caixa "deveria cuidar de saneamento e habitação". Na ocasião, o senador exibiu uma cópia do registro do empréstimo feito na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão que fiscaliza operações realizadas por empresas que têm ações negociadas em bolsas de valores, como a Petrobras. O empréstimo contraído no dia 31 de outubro é, para Jereissati, sinal de que a Petrobras vem tendo dificuldade para obter financiamentos nos bancos privados.

O senador governista Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou ter recebido explicações do presidente da Petrobras, Sérgio

Gabrielli, sobre o empréstimo. Segundo ele, a operação é "normal", mas está sendo realizada no Brasil em função da pouca oferta de crédito no mercado externo. A Petrobras também pegou empréstimos para capital de giro no Banco do Brasil e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Arthur Virgílio, no entanto, manteve sua opinião de que a operação é um tipo de socorro irregular, podendo ter sido realizado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, administrados pela Caixa.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ter recebido do presidente da Petrobras a informação de que a empresa divulgará nota técnica explicando a operação e fundamentando os argumentos para o financiamento.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apoiou a realização do debate, mas disse acreditar que as informações prometidas pela Petrobras serão suficientes para esclarecer a questão.



GERALDO FALCÃO/AGÊNCIA PETROBRAS

Mais uma plataforma da Petrobras é preparada para entrar em operação no Rio de Janeiro: exploração da camada pré-sal exige grandes investimentos, mas queda no preço do barril de petróleo e dificuldade de obtenção de crédito internacional podem trazer dificuldades para projetos da estatal



GERALDO FALCÃO/AGÊNCIA PETROBRAS

Situação financeira da Petrobras repercutiu em Plenário na semana passada. Líder do governo, Romero Jucá (C) conversa com Jereissati (sentado), que pediu audiência com presidente da estatal

Por que o preço da gasolina no Brasil não oscila tanto quanto lá fora?

O controle do governo faz com que o preço dos combustíveis não oscile tanto no Brasil quanto a cotação do petróleo no mercado internacional. No primeiro semestre, por exemplo, a Petrobras subsidiava os preços por causa do alto preço do petróleo. O reajuste não chegou às bombas porque o governo reduziu impostos.

Agora que o valor do petróleo despençou – está na casa dos US\$ 50, depois de chegar a quase US\$ 150 –, especialistas acreditam que pode haver queda no preço da gasolina, caso o governo

mantenha o mesmo patamar de tributos. A previsão é que, nos próximos seis meses, se o petróleo continuar nesse nível, a Petrobras, mesmo reagindo lentamente às oscilações internacionais, terá que reduzir os preços.

Hoje, a gasolina vendida pela Petrobras está entre 20% e 30% mais cara que a média mundial. Vale lembrar que esse é o preço pago pelas distribuidoras à Petrobras. Não é o preço final na bomba do posto, porque, para o consumidor, ainda são incluídos os diversos impostos.

Especialistas alertam para riscos da terceira crise do petróleo

O que está acontecendo com o preço do petróleo? A cotação internacional do produto atingiu o recorde histórico em julho, quando o barril passou dos US\$ 147 (*veja infografia abaixo*). E caiu para menos de US\$ 50 em novembro, o que não ocorria desde o primeiro semestre de 2005.

Mas especialistas avaliam que a queda é passageira, sintoma imediato da crise que desacelera a economia mundial – e o consumo de petróleo. Na verdade, o período de petróleo barato chegou ao fim, de acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês).

Em seu relatório anual, divulgado em novembro, a IEA diz que os preços podem subir "em breve" para a faixa dos US\$ 100 o barril – e atingir US\$ 200 até 2030.

De acordo com Nobuo Tanaka, diretor da IEA, o mundo enfrenta hoje a "terceira crise do petróleo", por causa do aumento da necessidade do produto para o crescimento econômico.

Segundo ele, cada ponto de crescimento do PIB (produto interno bruto) mundial acar-

retará um aumento de 6% no consumo de petróleo neste ano. Em 1974, após a primeira crise do petróleo, este indicador foi de 3,7%, e em 1980, durante

a segunda crise, foi de 7,3%. China e Índia serão responsáveis por mais da metade da demanda mundial de energia entre 2006 e 2030.

Além do preço maior, o consumo ascendente também traz risco de desabastecimento. Isso não se deve à falta de reservas naturais. Segundo a IEA, há petróleo

para abastecer o mundo por 40 anos. O problema é a falta de investimento.

A queda no nível de produção está se acentuando e mais dinheiro precisa ser investido para extrair o petróleo. Por isso, a IEA prevê que serão necessários US\$ 26 trilhões até 2030 em infra-estrutura de energia, dos quais US\$ 8,4 trilhões devem ser gastos na exploração de petróleo e gás.

Ainda segundo a IEA, são "chocantes" as consequências da falta de ação para tornar o planeta menos dependente de um tipo de combustível que, além de não-renovável, é deletério para o meio ambiente.

100 bilhões de barris podem estar a 7km de profundidade

A camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros entre estados do Espírito Santo e de Santa Catarina, abaixo do leito do mar, nas bacias do Espírito Santo, de Campos e de Santos. O petróleo está a até 7 mil metros de profundidade, abaixo de água e de uma camada de sal, que, segundo geólogos, conserva a qualidade do petróleo.

Vários campos e poços de petróleo já foram descobertos no pré-sal, entre eles Tupi, Guarará, Júpiter e Iara. Tupi, o principal deles, teve reserva estimada pela Petrobras em algo entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris, uma das maiores descobertas recentes no planeta.

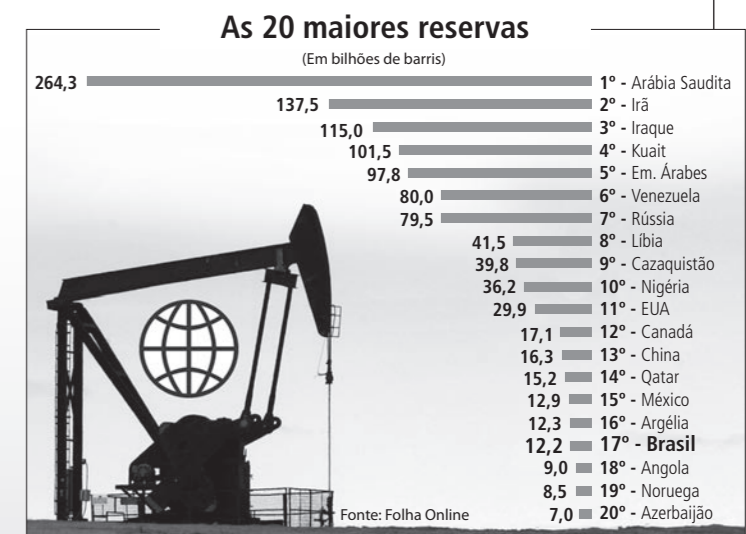
As reservas provadas de petróleo e gás natural da Petrobras no Brasil ficaram em 12,2 bilhões de barris em 2007. Ou seja, se a estimativa estiver correta, o volume de óleo e gás no subsolo brasileiro pode dobrar.

Mas a britânica BG Group (parceira da Petrobras em Tupi, com 25%) estimou que o estoque de petróleo de Tupi pode ser muito maior: até 30 bilhões de barris. A portuguesa Galp (10% do projeto) confirmou a cifra.

No total, o pré-sal pode abrigar quase 100 bilhões de barris, o que colocaria o Brasil entre os cinco maiores produtores do mundo.

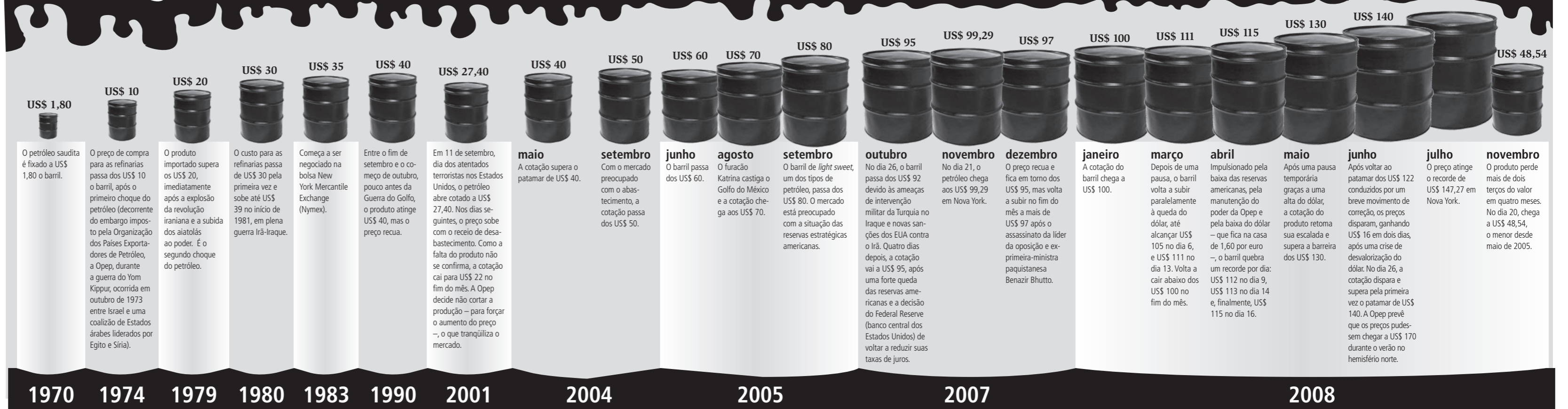
Quando pode ser extraído de cada campo e quando isso começaria a trazer lucros ao país, porém, ainda são dúvidas.

O governo já decidiu que áreas no



Ouro negro

Veja a evolução do preço do petróleo nos Estados Unidos, em valores correntes (sem correção pela inflação), nas últimas quatro décadas



debates



Maria Beatriz, da ONG Planeta Orgânico, e Joe Carlo, da fazenda Malunga, no debate coordenado por Neuto de Conto (D)

Mais visibilidade para os alimentos orgânicos

Especialistas defendem maior qualificação na orientação aos agricultores do setor e mais informação aos consumidores sobre vantagens desses produtos

A falta de técnicos qualificados para a orientação aos agricultores e a pouca informação dos consumidores sobre as vantagens dos alimentos orgânicos dificultam a ampliação do mercado desses produtos no país. A afirmação é de especialistas que participaram de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Segundo Rogério Dias, diretor do Departamento de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os cursos superiores e técnicos ligados às ciências agrárias não oferecem disciplinas voltadas à agricultura orgânica e agroecológica.

Joe Carlo Viana Valle, produtor de orgânicos do Distrito Federal, considera equivocada a visão

de que a produção orgânica só pode ser feita em pequena escala, voltada a nichos de mercado. Ele apresentou a experiência da fazenda Malunga, de sua propriedade, que produz alimentos orgânicos há 15 anos e hoje emprega 170 pessoas.

Renato Linhares, do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lembrou que a pesquisa pública voltada à produção orgânica no Brasil começou depois de investigações promovidas pela sociedade civil. Ele apontou avanços obtidos pela Embrapa, como a geração de conhecimento nas diferentes cadeias produtivas, seja de grãos, frutas, hortaliças ou produção animal.

Maria Beatriz Costa, da organização não-governamental Planeta Orgânico, afirmou que o esclarecimento da população foi condição essencial para que a Alemanha se tornasse líder no mercado mundial de orgânicos. Segundo Maria Beatriz, os grupos organizados do setor têm negociado a inclusão de produtos orgânicos na dieta dos atletas que participarão da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da CRA, disse que o país deveria aproveitar o potencial turístico brasileiro para ampliar a oferta de alimentos orgânicos nos hotéis. Gilberto Gollner (DEM-MT) defendeu uma melhor fiscalização de produtos da agricultura convencional.

Representantes de empresas de tabaco reivindicam proteção

Enquanto existir a liberdade de consumo do cigarro, é necessário proteger as pequenas indústrias de fumo espalhadas por todo o país e que empregam milhões de brasileiros, afirmou na última quinta-feira o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que reuniu cinco representantes de empresas fumageiras.

Os representantes das empresas de tabaco presentes na reunião pediram ao governo, entre outras providências, nova sistemática de tributação para os cigarros, com destaque para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); combate ao contrabando de cigarros; e a redução da assimetria do poder econômico entre as duas multinacionais do setor – Souza Cruz e Philip Morris – e as pequenas indústrias nacionais.

DIREITOS HUMANOS

Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos serão tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O pedido, feito pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado na última quinta-feira. A data e os convidados para o debate ainda serão definidos. Também foi acolhido outro requerimento de Paim propondo a realização de audiência para discutir o nível de segurança no trabalho em situações que envolvem, por exemplo, periculosidade, penosidade e insalubridade, e os reflexos dessas condições nas aposentadorias dos trabalhadores.

Comissão debate prioridade para o ensino fundamental

Priorizar o ensino fundamental. Essa foi a sugestão feita por representantes de universidades privadas como saída para melhorar a educação no país. Eles participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) destinada a analisar os sistemas de avaliação do Ministério da Educação (MEC) e a possibilidade de os alunos de instituições ainda não avaliadas pelo Exame Nacional de Desempenho (Enade) terem acesso ao financiamento estudantil (Fies).

“O Brasil precisa encarar este grande desafio que é priorizar o ensino fundamental, pois ele dá base para que o cidadão prospere.” A opinião é do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), compartilhada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), para quem não só a educação fundamental, mas também o ensino médio precisam melhorar.

HOMOFOBIA

A Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros – lançou na quinta-feira passada, no Senado, em seminário nacional, campanha para arrecadar 1 milhão de assinaturas em apoio ao projeto de lei da Câmara (PLC 122/06) que torna crime a homofobia, isto é, a aversão ao homossexualismo. A proposta tramita no Senado e, na avaliação de Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays e Transgêneros (ABLGT), não há mais razão para adiar a aprovação da matéria. “Não podemos mais ficar à mercê de fundamentalistas”, disse ele.

Meia-entrada pode valer para apenas 40% dos ingressos

Depois de cerca de três horas de debate com a presença de estudantes, artistas e produtores, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o projeto de lei que limita a venda de ingressos pela metade do preço a estudantes e idosos a 40% do total de lugares oferecidos ao público.

A proposta, dos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi relatada por Marisa Serrano (PSDB-MS) visa alterar o PLS 188/07, que assegura a meia-entrada em cinema, teatro, circo, museus, parques e eventos educativos e esportivos.

A adoção de cota para a concessão da meia-entrada não foi consensual. O Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que a cota é um retrocesso em relação a uma conquista histórica das entidades estudantis.

O parlamentar informou que apresentará recurso para que o projeto, votado pela comissão em caráter terminativo (seguiria diretamente para a Câmara), seja submetido ao Plenário, onde defenderá seu ponto de vista.

O presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), esclareceu que a meia-entrada ficou irregular em razão do surgimento de carteiras falsificadas.

– Os produtores, para cobrir seus custos, aumentaram de tal maneira os preços dos ingressos que a meia-entrada vira uma entrada inteira – afirmou o representante do Distrito Federal.

A atriz Cristiane Torloni visitou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, para manifestar a satisfação da classe artística com a aprovação do projeto.



Reunião na Comissão de Educação com artistas, produtores e estudantes não levou à aprovação consensual do projeto: Plenário deve examinar questão

homenagem

Combate à violência contra a mulher é tema de sessão solene

“Tem muito homem por aí que ainda não entendeu que violência contra mulher é crime e não é tolerada.” A afirmação foi feita pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), coordenadora da bancada feminina no Senado. Ela foi a primeira a assinar o pedido para a sessão solene do Congresso da última quinta-feira que marcou a passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência contra

a Mulher, celebrado oficialmente em 25 de novembro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou todos os homens a assinarem, como ele, o Manifesto dos Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres.



Serys Slhessarenko

A deputada Sandra Rosado (PSB-RN) afirmou que o discurso de luta em defesa da mulher parece antigo, mas não é, pois a situação, embora antiga, permanece muito atual.

Dez anos de estímulo a jovens empreendedores

O Senado Federal homenageou na última terça-feira a Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje) pelos seus dez anos de atuação. Criada em 1998 e constituída formalmente em 2000, a entidade busca estimular jovens empreendedores.

– O Conselho Nacional dos Jovens Empresários é uma dessas

instituições que atuam de forma decisiva e incisiva na construção do Brasil moderno, do Brasil futuro, que tanto sonhamos, almejamos e pelo qual lutamos – afirmou o senador Marconi Perillo (PSDB-GO), autor do requerimento de homenagem.

Outros dez senadores também se pronunciaram durante a sessão.

decisões



MARCIA KALLUME

Flexa Ribeiro (à esq., ao lado de João Pedro e José Nery) diz que texto prevê desenvolvimento sustentável da pesca

Política de pesca vai ao exame do Plenário

Segundo o relator, Flexa Ribeiro, a proposta busca conciliar o uso dos recursos pesqueiros com a preservação de ecossistemas aquáticos

Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovaram projeto que institui a política pesqueira nacional e regulamenta a aqüicultura. A matéria segue para votação em Plenário.

Segundo o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a proposta (PLC 29/03) busca conciliar a preservação de ecossistemas aquáticos e o aproveitamento dos recursos pesqueiros. Também define as

modalidades de pesca artesanal, industrial de médio e grande porte e não-comercial, além das formas de embarcação e de sua construção e importação.

Flexa Ribeiro explica que o texto original, elaborado na Câmara dos Deputados, visava apenas disciplinar a atividade pesqueira. No Senado, o objetivo foi expandido, passando a propor uma política nacional de desenvolvimento sustentável da

aqüicultura e da pesca.

A regulamentação da política de pesca estabelecerá os regimes de captura, os períodos de paralisação obrigatória, as áreas de reserva, proibidas à atividade, entre outros aspectos.

– Tivemos a preocupação de assegurar no texto os direitos tanto dos pescadores artesanais como também dos pescadores industriais – explicou Flexa Ribeiro.

Terra para reforma agrária poderá ser paga à vista

O governo poderá pagar em dinheiro pela compra de terras para fins de reforma agrária. O pagamento à vista só poderá ser feito quando a área não atender às hipóteses de desapropriação por interesse social, ou seja, quando se tratar de propriedade produtiva. A medida consta de projeto (PLS 482/07) aprovado pela CRA, que será submetido a mais um turno de votação, em decisão terminativa (segue à Câmara sem votação em Plenário).

Garibaldi pede fim do caos fundiário na Amazônia

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o primeiro passo para o Brasil solucionar os problemas da Amazônia é acabar com o caos fundiário na região. Ele fez a recomendação ao participar, na terça-feira, do seminário “O Desafio da Regularização Fundiária da Amazônia”, da Secretaria de Assuntos Estratégicos e do Banco Mundial. “Menos de 4% das terras da Amazônia estão em mãos de particulares com situação jurídica consumada”, disse.

Parlamentares de SC traçam plano de ajuda a vítimas

Já pode ser instalada a comissão temporária externa que vai acompanhar a situação do estado de Santa Catarina, onde, desde o fim de semana, fortes chuvas provocaram a morte de dezenas de pessoas. Até quinta-feira passada, haviam sido indicados quatro dos cinco senadores que integrarão o colegiado: Raimundo Colombo (DEM-SC), Ideli Salvatti (PT-SC), Neuto de Conto (PMDB-SC) e Alvaro Dias (PSDB-PR). A comissão teve sua criação aprovada na terça-feira, a pedido de Raimundo Colombo.

Além de verificar *in loco* a situação dos municípios atingidos pelas chuvas que castigam o estado, a comissão deverá apresentar propostas para ajudar no socorro às vítimas e na recuperação dos prejuízos.

O Fórum Parlamentar Catarinense reuniu-se também na terça-feira, no gabinete da senadora Ideli Salvatti, a fim de traçar um plano de ajuda aos desabrigados. A reunião foi comandada pelo deputado Cláudio Vignatti (PT-SC), que representou a senadora Ideli, presidente do fórum. O deputado informou na ocasião que o governo planejava editar uma medida provisória para liberar recursos para Santa Catarina.

O evento reuniu quase todos os deputados federais catarinenses, além dos senadores Neuto de Conto e Raimundo Colombo. Também participaram o prefeito eleito de Joinville, Carlito Merss, o deputado estadual Décio Góes (PT) e o comandante da Defesa Civil de Santa Catarina, Luiz da Silva Maciel.



MARCOS PORTO/DIÁRIO CATARINENSE

Fortes chuvas em Santa Catarina, especialmente em Itajaí, já mataram dezenas de pessoas: parlamentares se uniram para apresentar propostas de socorro

FUNDO DO MAR

Em palestra na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o secretário-geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Satya Nandan, recomendou ao Brasil promover pesquisas sobre o potencial mineral do Atlântico. A organização foi criada a partir da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e entrou em vigor em 1994. “Países como a China começam a se interessar pela exploração de minérios no fundo do mar. O Brasil deveria fazer o mesmo. Porque, se vocês não o fizerem, outros vão fazê-lo”, alertou.

ARAGUAIA-TOCANTINS

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou a realização de audiência destinada à apresentação, pela Agência Nacional de Águas (ANA), do Plano da Bacia Araguaia-Tocantins. A data da audiência ainda não foi marcada. Serão convidados para o debate o presidente da ANA, José Machado; o responsável pela coordenação do plano, João Gilberto Lotufo; o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Vicente Andreu; entre outros.

ambiente legal

Floresta Amazônica pode virar savana

Um estudo do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) demonstra que a Floresta Amazônica deixará de existir se mais 30% dela forem destruídos (20% já o foram). A afirmação foi feita em Manaus, durante a conferência Amazônia em Perspectiva, pelo pesquisador Gilvan Sampaio. Como o clima depende da vegetação, e vice-versa, a ausência de árvores na parte oriental da Amazônia fará com que as chuvas diminuam até 40% na região. Sem chuva, a tendência é que toda a região vire uma savana pobre. “Não é possível falar em Cerrado, porque ele é muito mais rico do que a capoeira que surgiria na Amazônia.”

Petrobras excluída de índice “verde”

A Petrobras foi excluída do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), divulgado pela BM&F Bovespa. Um grupo de ONGs e governos questionou sua permanência na lista, alegando descumprimento da Resolução 315 do Conama. A norma determina que, a partir de janeiro de 2009, o diesel distribuído no país seja mais limpo. Hoje, o diesel no interior possui 2.000 ppm (partes por milhão) de enxofre, e o das regiões metropolitanas, 500 ppm. Se a resolução fosse respeitada, deveria ser reduzido para 50 ppm.

Questão de responsabilidade

Assim como a Petrobras, deixaram de fazer parte do novo ISE as empresas Aracruz, CCR Rodovias, Copel, Iochpe-Maxion e WEG. No lugar delas, entraram TIM, Telemar, Unibanco, Celesc, Duratex e Odontoprev. O ISE é composto por ações de companhias comprometidas com sustentabilidade e responsabilidade social. “Uma empresa que não cumpre nem a legislação não pode ser considerada um modelo”, disse Marcelo Furtado, do Greenpeace.

A indignação de Marina Silva

“É lamentável que, muitas vezes, quando se tomam as atitudes corretas para combater o dolo e o crime fundamental, as pessoas confundam essas atitudes com atos contrários ao desenvolvimento da Amazônia. Os que promovem esse tipo de coisa são os maiores inimigos da Amazônia e da sua soberania.” A observação indignada foi feita pela senadora Marina Silva (PT-AC), em discurso no Plenário a respeito da invasão do escritório regional do Inkra em Paragominas, Pará.

Suplicy lembra Chico Mendes

Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o discurso de Marina Silva, lembrando que Chico Mendes “soube ensinar às pessoas que é perfeitamente possível combinar desenvolvimento com preservação do melhor que pode existir na floresta: a fauna, as árvores e os rios”. José Nery (PSOL-PA) considerou necessário “que o governo demonstre muita força para fazer cumprir a lei, investigando a responsabilidade de todos os que orquestraram aquele ato de banditismo, colocando-os na cadeia”.

institucional



Gilmar Mendes, presidente do Supremo (D), falou sobre o papel do Judiciário de solucionar omissões na legislação

Senado conclui discussão do papel do Legislativo

Encerramento do ciclo de debates, iniciado no dia 18 de novembro, teve como tema a ingerência do Poder Executivo na elaboração das leis

A atuação legislativa do Poder Executivo e o controle da agenda legislativa foram os temas do último dia do ciclo de debates “O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo”, promovido pelo Senado. Foi mediador dos debates, na quarta-feira, o consultor-geral da Casa, Marcos Köhler.

O evento foi transmitido ao vivo por meio de videoconferência para todas as assembleias legislativas do Brasil, interligadas por meio do programa Interlegis.

Durante o encontro, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) declarou que o presidencialismo tem uma força brutal no Brasil, e esse modelo atropela o Legislativo. Ele defendeu a importância do Congresso Nacional como instância de representação política, argumentando que o Legislativo

federal, em contraste com os Poderes Executivo e Judiciário, é a instância “na qual a representação é mais abrangente e em que há pluralidade”. O ciclo de debates foi iniciado no dia 18 de novembro, com a presença do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e terminou na quarta-feira passada com a participação, entre outros, do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

Gilmar Mendes: Supremo não quer usurpar Poderes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, afirmou, durante o ciclo de debates “O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo”, que o tribunal “não pretende usurpar competências do Congresso Nacional”. Ele reconheceu que há preocupações entre os parlamentares “quanto ao que seria uma atividade normativa do STF”, mas argumentou que essa corte vem atuando para complementar lacunas existentes na legislação. Sobre tais lacunas, Mendes disse que “a Constituição de 1988 conferiu ao Supremo a missão de resolver casos omissos”, citando como exemplo o direito de greve dos servidores públicos.

Especialistas debatem processo orçamentário

Ainda durante o ciclo de debates “O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo”, os participantes do painel “O Legislativo e o Processo Orçamentário” apontaram especificidades e conquistas do processo de elaboração do Orçamento no Brasil. Um dos palestrantes, o cientista político Fernando Limongi, professor da Universidade de São Paulo, destacou a transparência do processo, ao lembrar a facilidade em acompanhar, pela internet, a contabilização dos valores das emendas. Ele disse que o compromisso do parlamentar na apresentação de emendas é com a população que o elegeu, e não com interesses políticos e pessoais.

Garibaldi prega moderação no uso de MPs

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abriu na quinta-feira, em João Pessoa, ao lado do 1º secretário da Casa, Efraim Morais (DEM-PB), o primeiro Fórum de Integração do Legislativo, promovido pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Programa Interlegis). No discurso de abertura do evento, Garibaldi afirmou que o Legislativo federal vive uma crise “institucional” por causa das medidas provisórias editadas pelo governo que vêm trancando a pauta do Senado. Segundo o presidente, das 128 sessões deliberativas realizadas pela Casa em 2007, 88 tiveram

a pauta bloqueada por MPs.

Garibaldi observou que instrumentos semelhantes às medidas provisórias não existem na maioria dos países democráticos e, quando existem, como é o caso da Itália, são usados com moderação, para situações emergenciais.

Já Efraim Morais destacou a importância do Interlegis, programa do Senado que existe há 11 anos



Garibaldi (E) abriu com Efraim, em João Pessoa, o primeiro Fórum de Integração do Legislativo

com o objetivo de interligar os legislativos federal, estadual e municipal.

Marconi aponta incapacidade da infra-estrutura de transporte

Ao encerrar, na quinta-feira, o I Simpósio Desafios para um País Emergente: Infra-Estrutura e Logística no Brasil, o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou que as discussões travadas no encontro “demonstraram cabalmente a incapacidade total da infra-estrutura de transporte brasileira de atender a atual demanda”.

– A menos que se promova um planejamento de longo prazo, com um conjunto de políticas públicas, aliado às reformas estruturais e à criação de marcos regulatórios, a realidade presente não será alterada de forma substancial – disse.

Marconi alertou ainda para a possibilidade de as deficiências do sistema de transporte brasileiro inviabilizarem o desempenho exportador do Brasil no campo das commodities agrícolas e minerais, em razão dos custos de frete.

Já o presidente do Senado, Garibaldi Alves, lembrou, no simpósio, que o mundo enfrenta uma grave crise econômica, mas que o Brasil não deve encolher-se diante desse desafio, e, sim, preparar-se para, quando o horizonte clarear, aproveitar a nova fase de bonança. Ele pediu que o Legislativo aprofunde o debate sobre o que fazer para melhorar a infra-estrutura e o planejamento do país.



Marconi Perillo (C) preside debate no Auditório Petrônio Portela; à mesa, Ronaldo Sardenberg (E), Delcídio Amaral, Luiz Fernando e Marcelo Bechara

Lobão destaca investimento em energia elétrica e gás natural

O Brasil é o primeiro país do grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) em investimentos em energia elétrica e gás natural, segundo destacou na quinta-feira o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, no simpósio sobre infra-estrutura.

O ministro acredita que, para atender o crescimento da economia, o setor energético tem como desafios expandir a oferta de energia e ampliar as instalações de produção, de transporte e armazenamento. Ressaltou

que os estudos de planejamento apontam para um grande desafio a ser atendido pelo setor: um aumento da população brasileira em 53 milhões de habitantes até o ano 2030.

Os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmaram, no simpósio, que o Orçamento de 2009 é condizente com o contexto da crise financeira internacional e bem-estruturado para o recebimento de investimentos privados.

Lúcia Vânia pede atenção a desafios para organização da Copa do Mundo

A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou na terça-feira, no 10º Congresso Brasileiro da Atividade Turística (Cbratur-2008), a oportunidade que essa discussão preparatória sobre a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 propicia para avaliar demandas. A décima edição do congresso teve por objetivo debater os investimentos e as providências necessários para o país sediar a competição mundial de futebol.

A senadora avaliou que existem três eixos que precisam receber uma atenção maior e que

deverão motivar as discussões.

– Primeiro, a preocupação com a infra-estrutura; segundo, a questão da qualificação profissional, que é sem dúvida o grande desafio que nós temos que enfrentar; e, por fim, a motivação para o aproveitamento dessa infra-estrutura futuramente.

Na opinião do ministro do Esporte, Orlando Silva, o fórum contribui para os preparativos do país rumo à organização da Copa do Mundo de 2014. Ele acredita que o campeonato será uma grande oportunidade para fazer a promoção do Brasil “a partir de uma plataforma única, que é o evento de maior audiência televisiva do planeta”.

institucional

Senado faz homenagem a Machado de Assis

Centenário da morte do escritor é lembrado por parlamentares, que ressaltam a sua importância para a língua e a literatura brasileira

O Senado realizou sessão especial para lembrar o centenário da morte de Machado de Assis, falecido em 29 de setembro de 1908. Marco Maciel (DEM-PE) foi um dos propositores da homenagem.

Fizeram parte da Mesa o 1º secretário da Casa, Efraim Moraes (DEM-PB), o ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau e o 1º secretário do Congresso, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), entre outros.

Marco Maciel rememorou a produção literária e a biografia do escritor. O senador destacou que Machado de Assis, o pri-

meiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), lutou pelo voto das mulheres.

Efraim Moraes destacou que Machado foi “um dos grandes brasileiros” de todos os tempos, criou uma obra universal e é hoje admirado no país e no exterior.

Marconi Perillo (PSDB-GO) assinalou que Machado de Assis é “um dos maiores escritores, senão o maior, do idioma pátrio”. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) enalteceu o escritor carioca relatando experiência realizada recentemente no Acre para incentivar a leitura.

Por sua vez, Eduardo Suplicy

(PT-SP) disse considerar Machado de Assis um brasileiro que “superou sua situação social e histórica para criar uma ficção universal”. E Mão Santa (PMDB-PI) recordou que o economista Celso Furtado considerava Machado, Aleijadinho e Heitor Villalobos “os três maiores gênios brasileiros”.

Ao fim da sessão especial, Maciel inaugurou a exposição *Machado Vive*, que poderá ser visitada até 16 de dezembro no hall entre as alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela. A mostra é uma parceria do Senado com a Academia Brasileira de Letras.



Ministro Eros Grau, Efraim Moraes, Marco Maciel, deputado Osmar Serraglio e Ana Cláudia Badra participam da celebração

Uso de paletó e gravata continua sendo obrigatório

O uso de paletó e gravata no Senado continuará sendo obrigatório. A Mesa diretora rejeitou proposta de Gerson Camata (PMDB-ES) que desobrigava o uso de terno pelos funcionários e parlamentares da Câmara e do Senado com o objetivo de reduzir despesas com energia elétrica.

– A dignidade da Casa não pode dispensar o paletó – criticou o senador capixaba.

A ideia de Camata teve origem em decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) que autorizou seus funcionários a usarem apenas camisa de manga longa, acompanhada de calça social, e ajustou a temperatura do ar-condicionado para 25°C. Segundo o senador, a iniciativa permitiu uma economia de US\$ 100 mil mensais na conta de energia elétrica.

Na avaliação do presidente

da Casa, Garibaldi Alves, não é ainda o momento de os senadores eliminarem o paletó e a gravata.

– A proposta não encontrou receptividade, tendo em vista que os senadores já estão acostumados com esse traje. Há um certo conservadorismo na Casa. E eu também estou nesse grupo, que acha que não chegou ainda a hora de abrir mão do paletó e da gravata.

Turma da Mônica na Semana da Pessoa com Deficiência

Será aberta nesta terça-feira, às 14h, a 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O requerimento para a realização do evento é do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

Haverá apresentação e autógrafos do cartunista Maurício de Souza. O Coral do Senado interpretará as músicas *Meu nome é Luca* e *Dorinha*, da Turma da Mônica. Na mesma data, serão lançados o carimbo comemorativo dos Correios e

o selo com a frase “Diferenças em perfeita união”.

Como parte da programação da semana estão *show* com o humorista Geraldo Magela, *show* de *reggae* com a Banda Zaktar e audiências públicas sobre dois temas: “Paraesporte no Brasil” – na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – e “Capacitação para o trabalho e a empregabilidade da pessoa com deficiência” – nas comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos.

Casa inicia coleta seletiva de lixo e protege meio ambiente

O Senado já iniciou a coleta seletiva de lixo em suas dependências. A ação faz parte do projeto de gestão ambiental Senado Verde, criado em junho de 2007.

As lixeiras pretas serão usadas para papéis, plásticos, caixas, metais, vidros, canetas usadas e CDs, entre outros

materiais, que não podem estar sujos ou molhados com café. As lixeiras brancas receberão o lixo orgânico e papéis higiênicos ou sujos de café e copos descartáveis com restos de café ou suco.

O lixo seco deverá ser doado para a Associação de Agentes Ecológicos da Vila Planalto.

SÃO FRANCISCO

O ex-governador de Sergipe João Alves Filho lançou no Senado o livro *Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco*. Para fundamentar as críticas ao projeto do governo federal, João Alves consultou diversas autoridades, como Apolo Lisboa, fundador do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

GRÁFICA

A Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) – nome institucional da Gráfica do Senado – comemorou na última quarta-feira, com missa em ação de graças, 45 anos de atividade ininterrupta. Após a missa, foi aberta exposição com pinturas de crianças de seis a 14 anos.

CONCURSO

O diretor-geral adjunto da Casa, Alexandre Gazineo, disse que considerou satisfatórias as explicações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre a repetição de questões no concurso realizado para o Senado. Conforme alegou, a repetição não interfere no resultado da prova. – Não é motivo para anular o concurso – ressaltou.

SIMON LANÇA LIVRO

Pedro Simon (PMDB-RS) lançou, em sessão de autógrafos no Salão Nobre do Senado, o livro *Reflexões para o Brasil do século 21*, coletânea de artigos e discursos produzidos ao longo de sua trajetória política. O senador explicou que a publicação reúne “crônicas que representam uma ideia que permanece”: a crença no povo brasileiro.

REDE DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, assinaram acordo de cooperação técnica para que o Brasil participe do Global Legal Information Network (Rede Glin), da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. O projeto consiste na inserção e disponibilização, em rede, de textos legais e jurisprudência de 52 países e organizações internacionais, acompanhados de resumos traduzidos para o inglês. Caberá à Consultoria Legislativa do Senado gerir a participação do Brasil na rede.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Jr.
Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazilio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação



Pessoas com hanseníase fazem manifestação para cobrar seus direitos em frente à Assembleia Legislativa do Acre, em 1985

Hanseníase é tema do programa *Inclusão*

TV Senado analisa história da doença no país, do período em que havia confinamento em leprosários às atuais campanhas do Ministério da Saúde

O programa *Inclusão*, da TV Senado, mostra neste fim de semana a história da hanseníase no Brasil, desde o período em que os pacientes eram confinados nos chamados leprosários às atuais campanhas educativas do Ministério da Saúde para combater essa doença secular.

O Brasil ainda não atingiu o nível de controle da doença recomendado internacional-

mente, de menos de um caso para cada 10 mil habitantes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que o Brasil é o segundo país com o maior número de casos de hanseníase no mundo. A cada ano surgem 48 mil novos casos. No programa, especialistas explicam por que os brasileiros ainda são tão atingidos pela hanseníase, que é fácil de ser diagnosticada e tem cura. O tratamento é realizado

nos postos de saúde e o medicamento é gratuito.

O programa conta também o drama de milhares de pessoas que aguardam o pagamento de pensão vitalícia, concedida pelo governo para os que foram confinados nos antigos leprosários.

Programa *Inclusão*
Sábado, 6/12, às 11h30 e 22h30
Domingo, 7/12, às 9h e 17h

Sessões plenárias podem ter prioridade sobre a *Voz do Brasil*

A transmissão ao vivo de sessões plenárias do Senado e da Câmara dos Deputados terá prioridade sobre a veiculação do programa *Voz do Brasil*. É o que determina projeto (PLS 353/07) do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto do relator, Antônio Carlos

Valadares (PSB-SE), determina que, encerradas as sessões, o programa seja veiculado de forma integral. A matéria será agora examinada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Originalmente, o projeto só tratava de salvaguardar a continuidade das transmissões da Rádio Senado.

TVs públicas vão compartilhar sinal digital no país

As TVs Brasil, Senado, Câmara, Justiça e os canais Educação e Cidadania vão compartilhar uma infra-estrutura integrada de transmissão de sinais digitais, reduzindo os custos dessa inovação tecnológica. Em Brasília, uma antena de 1,70 m está sendo construída. As emissoras públicas compartilharão plataformas em todo o país, prevê protocolo assinado na sexta-feira pelos ministros da Educação, Fernando Haddad; das Comunicações, Hélio Costa; e da Secretaria de Comunicação, Franklin Martins.



Falando pela TV Senado, Armando Rollemberg considera que o acordo levará informação plural ao país

Ao falar pela TV Senado, o jornalista Armando Rollemberg disse que o acordo deve propiciar informação plural e banda larga ao país, contribuindo para democratizar os meios de comunicação.

Reportagem da TV Senado sobre lavagem de dinheiro receberá prêmio de peritos

Matéria da TV Senado sobre as dificuldades no combate à lavagem de dinheiro será premiada pela Associação de Peritos Criminais da Polícia Federal, em cerimônia no dia 4 de dezembro. Realizada pela jornalista Sheyla Assunção para o programa *Di-*

plomacia, a matéria foi ao ar em maio. A reportagem "Lavagem internacional de dinheiro" aproveitou a realização em Brasília do Seminário Internacional de Crimes Financeiros e ouviu peritos criminais brasileiros, chilenos, australianos e americanos.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tectsat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Pitbulls à solta

"Estou indignada com a tranquilidade com que os donos dos cães pitbull permitem o passeio dos mesmos pelas ruas públicas. É uma raça muito feroz e, como muitos sabem, já houve casos até de morte. Acho um perigo para a população."

Denise Maria Albuquerque, do Recife (PE)

Petróleo

"A licitação de áreas sedimentares no Brasil tem sido feita para estimular o investimento de empresas petrolíferas na descoberta de campos produtores, arriscando o dinheiro aplicado nessa busca. Com a descoberta, pela Petrobras, de gigantescas reservas no chamado pré-sal, fala-se até na possibilidade de o Brasil se tornar grande exportador de óleo cru. Assim, deixa de ser necessária a concessão de novas áreas para que outras empresas tentem achar mais petróleo ainda. Antes da discussão do modelo de exploração do pré-sal, é preciso mudar a lei do petróleo vigente e cancelar novos leilões, pois são desnecessários."

Roldão Simas Filho, de Brasília (DF)

Horário de verão

"Manifesto minha indignação com o horário de verão que vem sendo imposto. A economia que o governo busca obter no horário de pico poderia ser alcançada simplesmente com uma campanha educativa de conscientização do povo brasileiro."

Sílvio Brandão Dias, de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)

Disque-Idoso

"Por que não está funcionando o Disque-Idoso nacional? A Lei 11.551, de 19 novembro de 2007, não está sendo respeitada. Sugiro que o número seja divulgado para

o cidadão ter mais acesso a esse benefício."

Raimundo Pereira da Silva, de João Pessoa (PB)

Showmícios

"Parabenizo a Justiça Eleitoral pela proibição de showmícios, carreatas, distribuição de camisetas e bonés. Sugiro que também proibam a colagem de fotos dos candidatos nas paredes. Quando a eleição termina, essas fotos ficam lá poluindo e sujando a cidade."

Givanildo Lima de Farias, de Capim (PB)

Ambulâncias

"A Secretaria de Saúde do Estado de Goiás determinou que fosse cobrada multa de motoristas que ultrapassam o sinal vermelho para dar passagens às ambulâncias. Os órgãos de saúde do país precisam estudar um tipo de fiscalização para esses casos."

Domingos Cirilo da Silva, de Nazário (GO)

Compromisso de Obama

"Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos e o povo americano acertou em sua escolha, mas um governo só pode ser qualificado no final do mandato. Obama prometeu acabar com a guerra e também olhar pela justiça social. Agora é só aguardar para ver o resultado do seu governo. Não foi a cor da pele de Obama que o elegeu, mas sim o seu grau de instrução."

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

Constituição nas escolas

"Sugiro que nas escolas seja distribuída a Constituição federal em prol do pleno conhecimento, pela população, dos direitos e deveres do cidadão brasileiro."

Sandro Marinho da Silva, do Recife (PE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Não temos mais dívida pública atrelada ao dólar, mas é evidente que a receita tributária vai cair no início do ano que vem. No quadro de desaceleração e perda da receita fiscal, é preciso saber quais serão os nossos passos

Aloizio Mercadante, sobre a crise financeira internacional.

O governo do PT, é verdade, tem conseguido, com impressionante desfaçatez midiática, sonegar dos brasileiros os efeitos da crise. Mas o otimismo simulado está perdendo espaço para a realidade

Demostenes Torres, sobre a crise financeira internacional

O Congresso foi que ganhou. O Senado foi que ganhou, porque resistiu a uma medida provisória e provou que tem o poder de, numa determinada hora, mostrar-se independente

Garibaldi Alves, sobre a negociação com o governo após a devolução da MP das Filantrópicas.

Há programas de rádio que oferecem para os ouvintes uma carteira de estudante, empresas que vendem telefone celular e dão como brinde uma carteira para meia-entrada

Flávio Arns, sobre aprovação de projeto que limita a venda de meia-entrada para estudantes e pessoas com mais de 60 anos.

O Brasil agora se coloca em posição respeitosa perante o mundo. Colocamos os pedófilos em seu devido lugar. O Senado demonstrou com essa proposta uma ação propositiva em favor da sociedade

Magno Malta, comemorando a sanção, pelo presidente Lula, de projeto de lei que aumenta pena por pedofilia.



Num país tropical como o Brasil, por que é que nós temos de nos vestir com traje europeu?

Gerson Camata, ao criticar decisão da Mesa do Senado de arquivar sua proposta de desobrigar o uso do paletó e gravata.

O ministro mostrou sua incompetência para todos os senadores que dialogaram com ele. Este governo não quer mesmo olhar para os aposentados deste país. Este governo está com enganação para todos nós

Mario Couto, que criticou o ministro da Previdência, José Pimentel, pela falta de acordo em torno da recomposição das aposentadorias.

O Brasil agiu corretamente, embora com efeito retardado. Devia ter esclarecido esse episódio ainda lá atrás, quando funcionários da construtora [Odebrecht] foram proibidos de deixar o Equador

Heráclito Fortes, sobre o retorno ao Brasil do embaixador em Equador como reação à decisão do governo Rafael Correa de recorrer a um tribunal de arbitragem para não pagar empréstimo contraído no BNDES.



pergunte ao senador

Cotas sociais e para pessoas com deficiência

"Por que os senadores não cobram as cotas para deficientes e estudantes de baixa renda?"

José Joaquim da Silva, de Belo Horizonte (MG)

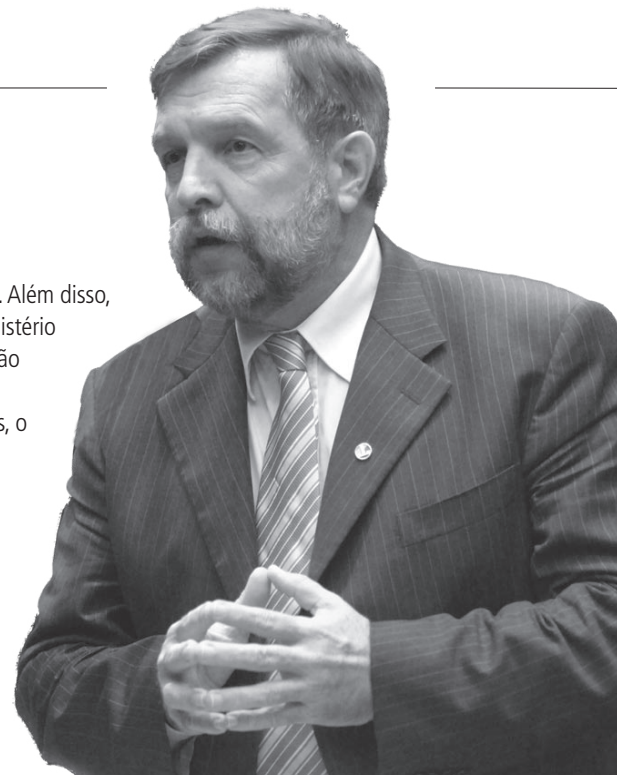
O senador **Flávio Arns (PT-PR)** responde:

O Senado tem uma preocupação constante e intensa com os direitos das pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda em todas as áreas: saúde, assistência, trabalho e, no setor

de educação, dedica atenção especial. Para tanto, aprovamos o Fies, o ProUni e o Fundeb. No caso do Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), foi incluído um percentual de pessoas com deficiência, seja de escolas comuns ou especiais. Dessa forma, estamos dando oportunidade para que um número cada vez maior de portadores de necessidades especiais possa chegar até a universidade. No Estatuto da Pessoa com Deficiência, já aprovado no Senado e agora em discussão na Câmara, existe a previsão de reserva de vagas para esse segmento nos cursos ofertados por instituições de ensino superior. A Universidade do Paraná, independentemente da legislação, colocou em todos os cursos pelo

menos uma vaga para deficientes. Além disso, todas as políticas públicas do Ministério da Educação incluem a participação de portadores de deficiência nas instituições. Isso ocorre com o Fies, o ProUni e os vestibulares.

O grande desafio para esses grupos, na minha opinião, é fazer com que eles consigam ocupar as vagas disponibilizadas, seja no ensino superior ou no trabalho. As vagas acabam não sendo preenchidas porque a maioria não tem qualificação para o curso ou o cargo no mercado de



Uma em cada oito crianças pode sofrer de transtornos

Pesquisa recente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) revela sintomas de transtornos mentais em 12,6% dos brasileiros entre 6 e 17 anos, ou cerca de 5 milhões de crianças e adolescentes. A frequência de busca de assistência por essa população também foi pesquisada. Conheça neste *Especial Cidadania* quais são essas doenças e seus sintomas.

Ansiedade, fobia, retardo e depressão são doenças comuns

Em 12,6% das 2002 entrevistas feitas pela ABP em parceria com o Ibope em 142 municípios de todas as regiões do Brasil, mães relataram ter um filho com algum sintoma sugestivo de transtorno mental a ponto de necessitar tratamento especializado. Segundo os relatos, os comportamentos atrapalham os menores de idade em casa, na escola, com os amigos ou com a família.

Veja os sintomas, os transtornos relacionados a eles e o percentual detectado em relação ao total de entrevistados:

- comportamento ativo ou distraído em excesso, dificuldade de concentração, dificuldade de aprendizado: transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – 8,7%;
- desânimo, tristeza e choro excessivo ou falta de energia: transtorno depressivo – 4,2%;
- dificuldade de dormir sozinho ou estar longe ou sem notícias por algumas horas da pessoa com quem tem apego, chegando ao desespero e ao medo de que algo ruim possa acontecer com essa pessoa: transtorno de ansiedade de separação – 5,9%;
- problemas de aprendizado, dificuldade para entender o que lê e para escrever, não conseguir fazer contas: transtorno da aprendizagem – 7,8%;
- medo de algum animal, inseto, trovão, altura, água, sangue, injeção, machucado, escuro, dentista, médico, túnel, teleférico, entre outros: fobias específicas – 6,4%;
- tentativa de evitar situações em que haja muitas pessoas, pessoas novas ou em que deva fazer algo na frente dos outros: trans-

torno de ansiedade social – 4,2%;

- preocupação excessiva com deveres da escola, provas, saúde, futuro ou algo que possa vir a acontecer na família: transtorno de ansiedade generalizada – 3,9%;

- problemas de comportamento, como perturbar as pessoas com frequência, ser irritável, não fazer o que os outros pedem ou ter explosões de raiva: transtorno desafiador opositivo – 6,7%;

- sinais de atraso quando comparado a outras crianças ou dificuldade para compreender, não acompanhar brincadeiras, não conversar como outras crianças da mesma idade: retardo mental – 6,4%;

- uso de álcool, maconha, *ecstasy*, cocaína, *crack*, lança-perfume, cola ou LSD que leve a acidente de carro, envolvimento em brigas, queda no rendimento escolar, faltas ou problemas na escola, brigas em casa, problemas de saúde, com a polícia, amigos ou outros: transtorno por uso de substâncias – 2,8%;

- problemas de comportamento, como mentir para conseguir o que quer, gozar da cara dos outros, começar brigas, ficar fora de casa até tarde ou roubar coisas de casa, de lojas ou dos outros: transtorno de conduta – 3,4%.

Entre crianças e adolescentes com sintomas de transtornos, a maior parte apresenta sintomas para mais de um transtorno.

- 28,9% não conseguiram ou não tiveram atendimento público;

- 46,7% obtiveram tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS);

- 24,2% apelaram a convênio particular.

Como funcionam os centros de atendimento

Os centros voltados para o atendimento a crianças e adolescentes (Capsi) funcionam de 8h às 18h, em dois turnos, de segunda a sexta-feira, e podem oferecer atendimento até às 21h. Conheça as atividades incluídas na assistência prestada pelo Capsi:

- atendimento individual (medicamentos, psicoterapia, orientação, entre outros);
- atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outros);
- atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;
- visitas e atendimentos domiciliares;
- atendimento à família;
- atividades comunitárias enfocando a integração da criança e do adolescente na família, na escola, na comunidade ou quaisquer outras formas de inserção social;
- desenvolvimento de ações inter-setoriais,

principalmente com as áreas de assistência social, educação e justiça;

- os pacientes assistidos em um turno (4 horas) recebem uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (8 horas) recebem duas refeições diárias.

A equipe técnica do Capsi é composta por:

- médicos psiquiatras, ou neurologista ou pediatra com formação em saúde mental;
- enfermeiros;
- profissionais de nível superior entre as seguintes categorias profissionais: psicólogo, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico;
- profissionais de nível médio: técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão.



É preciso ficar atento: nem sempre é simples identificar doenças mentais no comportamento infantil

País tem 264 centros especializados

Segundo a coordenadora da pesquisa da ABP, Tatiana Moya, existem 264 unidades de atendimento público (Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, os Capsi) especializadas no atendimento em saúde mental para crianças e adolescentes no país. O serviço é oferecido em municípios com mais de 200 mil habitantes.

Os Capsi foram criados pela Lei 10.216/01, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, que determinou a substituição de manicômios por serviços de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial, ações de saúde mental na atenção básica, residências terapêuticas, pensões protegidas, cooperativas de trabalho, oficinas de geração

de renda, entre outros.

Para o presidente da ABP, João Alberto Carvalho “não foi sem propósito que o tema da pesquisa foi escolhido: a criança não toca só nosso coração, mas nosso compromisso ético”. Professor-adjunto de Neuropsiquiatria da Universidade Federal de Pernambuco, ele enfatiza que “pesquisar a saúde mental da criança é pensar prevenção, educação, informação e combate ao estigma”.

Veja a quantidade de centros especializados no atendimento a crianças e adolescentes em todas as regiões do país:

Região	Quantidade
Norte	6
Nordeste	51
Centro-Oeste	13
Sudeste	147
Sul	47

Fonte: Ministério da Saúde

Projetos de lei:

► **Projeto (PLS 617/07)**, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), modifica a Lei 10.216/01 para incluir a participação do meio acadêmico na assistência e promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais pelo Estado. A proposta prevê que entes públicos promoverão campanhas de esclarecimento e mutirões de atendimento a cada seis meses para prevenir, detectar e tratar doenças mentais. O projeto será votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pode seguir direto para a Câmara.

► **O projeto 1.427/07**, da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), altera a Lei 10.708/03, que instituiu o Programa De Volta Para Casa – de

assistência, acompanhamento e integração social, fora da unidade hospitalar, de pessoas com transtornos mentais que passaram por internação psiquiátrica por um período igual ou superior a dois anos. A proposta aumenta de R\$ 240 para R\$ 380 o valor do auxílio-reabilitação, pago por um ano ao paciente. Pelo projeto, o valor deve ser reajustado anualmente pela inflação. O projeto já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família e será examinado ainda pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, e Justiça e de Cidadania (CCJC). Aprovada nas comissões e sem recurso para análise em Plenário, a proposta pode ir direto para o Senado.

Saiba mais

Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)
Av. Presidente Wilson, 164, 9º andar
Rio de Janeiro (RJ) – CEP: 20.030-020
21 2199-7500
www.abpbrasil.org.br

Ministério da Saúde – Coordenação Geral de

Saúde Mental
Departamento de Ações Programáticas Estratégicas
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício-Sede,
sala 606
Brasília (DF) – CEP: 70.058-900
61 3315-3315
saudemental@saude.gov.br